

# Esta reforma laboral serve para quê e a quem?

**Não é o fim do mundo**



**Pedro Adão e Silva**

**H**ouve um antes e um depois da greve geral nas presidenciais. Enquanto o Governo se enredava numa desvalorização esdrúxula da greve, os candidatos aproveitaram para mudar o discurso sobre a proposta de revisão laboral. Ventura, sempre oportunista a sentir o sopro dos ventos, passou a opor-se e António José Seguro, que, até então, tinha lavado as mãos do assunto, pois queria “estar acima do debate partidário”, condicionou uma posição futura em Belém a um acordo na concertação social. Sem isso, afirmou, aquela versão do pacote laboral estava condenada ao chumbo.

Entretanto, passaram-se uns meses e, agora Presidente em exercício, Seguro foge a sete pés de um primeiro conflito com o Governo. Faz sentido. Seguindo a cartilha para os primeiros

mandatos, o seu objetivo é reconciliar-se com os que não votaram em si e, fundamental, consolidar a enorme maioria que escolheu por rejeição do inapresentável Ventura. Só que em algum momento a legislação laboral chegará a Belém e o Presidente terá de tomar uma decisão.

Um acordo a propósito deste pacote envolvendo a UGT implicaria um exercício de contorcionismo inviável para uma central sindical. Não há uma única disposição nesta proposta que defenda os interesses dos trabalhadores e as tentativas da UGT para atenuar algumas das malfeitorias previstas foram diligentemente ignoradas pelo Governo. Por mais pressão política que seja infligida a uma central sindical sensível à pressão política, viabilizar o pacote laboral como existe condenaria a UGT à irrelevância social.

Para alguém como Seguro, que tanto privilegia o processo na definição das políticas públicas e que erigiu o compromisso como requisito para uma boa solução, o caminho que nos trouxe até aqui só pode ser encarado como exemplo do que não deve acontecer. Preferências ideológicas à parte, uma revisão laboral deve assentar



“  
**Um acordo a propósito deste pacote envolvendo a UGT implicaria um exercício de contorcionismo inviável para uma central sindical**

numa avaliação do impacto das alterações anteriores e num diagnóstico do mercado de trabalho – nada disso foi feito. Se há um consenso alargado sobre os problemas do emprego em Portugal – da precariedade aos défices de produtividade, passando pelos baixos salários – a pergunta é óbvia: em que é que estas propostas respondem aos problemas efetivamente existentes?

A este propósito, recupero o exercício feito há um par de meses por Paulo Marques, do Departamento de Economia do Iscte. Partindo da evidência de que temos assistido a uma redução dos

contratos a termo no total do emprego, associada a alterações legislativas aprovadas em 2019 e 2023 que restringiram o recurso a este tipo de vínculos (a precariedade afetava 22% dos trabalhadores por conta de outrem em 2015 e 16% em 2024), Paulo Marques estimou as consequências das alterações previstas, concluindo que, tudo o resto igual, com a aprovação desta legislação mais 13 mil pessoas por ano deixariam de ver o seu contrato precário convertido num vínculo sem termo.

É possível e desejável termos discordâncias sobre a regulação do mercado de trabalho. Convém, contudo, que assentem em informação partilhada, num diagnóstico baseado no conhecimento e sustentado em simulações sobre o impacto das políticas. O Presidente Seguro não perde uma oportunidade para sublimar a importância dos compromissos. Acontece que, para um compromisso ser viável, há requisitos prévios que têm de ser cumpridos. Nesta revisão laboral foram ignorados e substituídos por uma fúria ideológica que beneficia uns quantos, mas prejudica a maioria dos trabalhadores.

**Colunista**